

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI N. 30/2024, DO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE DISPÕE SOBRE O ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2025, EM ATENDIMENTO AO ESTATUTO DA CIDADE, À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ, AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ E AO ATO N. 06/2015, DA MESA DIRETORA DO LEGISLATIVO ANDREENSE REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2024**

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário “Vereador João Raposo Rezende Filho”, da Câmara Municipal de Santo André, reuniram-se às **dez horas e nove minutos**, o Vereador Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria), Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento na Câmara Municipal de Santo André, que presidirá a Audiência Pública; os vereadores Ricardo Alvarez (Ricardo Alvarez) e Márcio Colombo (Márcio Colombo); o Sr. Pedro Henrique de Ruiz Seno, Secretário de Gestão Financeira na Prefeitura Municipal de Santo André; a Sra. Rosimary de Moraes Silveira, Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da Prefeitura Municipal de Santo André; a Sra. Marília Formoso Camargo, Secretária Adjunta de Planejamento Estratégico e Licenciamento na Prefeitura Municipal de Santo André, para Audiência Pública para debater o Projeto de Lei n. 22/2024, do Executivo Municipal, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Município de Santo André para o ano de 2025. CERIMONIAL – A Audiência está sendo transmitida ao vivo pelo canal TV Câmara Santo André do Youtube e as perguntas do público podem ser direcionadas no decorrer desta Audiência para o e-mail: [eventos@cmsandre.sp.gov.br](mailto:eventos@cmsandre.sp.gov.br). Dando início à audiência, a Sra. Rosimary de Moraes Silveira, Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento, começou explicando a fundamentação legal em que é composta pela Constituição Federal artigos 165 e 166



da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Orgânica do Município artigos: 128, 129, 130 e 131, Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025 e Manual Técnico do Orçamento 2024 – 4ª edição - Ministério do Planejamento e Orçamento/SOF. Pontuou as interações entre os instrumentos de Planejamento: o Plano Plurianual - PPA define as estratégias e diretrizes para quatro anos, a LDO define as prioridades e metas e a LOA estima as receitas e fixa as despesas de acordo com o que está estabelecido no PPA e na LDO. Esclareceu que o PPA é elaborado no primeiro ano de cada governante, ou seja, elaborado a cada 4 (quatro) anos. Sua vigência começa no 2º ano do mandato do Prefeito e se estende até o 1º ano de mandato do Prefeito seguinte, o PPA vigente abrange o período de 2022-2025. Informou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO compreende as metas e prioridades, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dispõe sobre as alterações na legislação tributária. A LOA traz de forma detalhada as prioridades e metas que serão implementadas e executadas pelo poder público em cada ano. Na LOA constam também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Informou que as premissas utilizadas foram as projeções macroeconômicas, a inflação IPCA e PIB (crescimento), comportamento da arrecadação do Município de Santo André e os valores previstos no PPA e LDO. A seguir apresentou o quadro resumo da Administração Direta e Indireta, a LOA está estabelecida em R\$ 5.215.000.000,00 (cinco bilhões, duzentos e quinze milhões de reais), sendo R\$ 4.262.000.000,00 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e dois milhões de reais) na Administração Direta: distribuídos em R\$ 2.599.000.000,00 (dois bilhões, quinhentos e noventa e nove milhões) – Recurso do Tesouro e R\$ 1.663.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e sessenta e três milhões de reais) nos recursos vinculados. A Administração Indireta pretende arrecadar R\$ 953.000.000,00 (novecentos e cinquenta e três milhões de reais), sendo R\$ R\$ 698.000.000,00 (seiscentos e noventa e oito milhões de reais) para o Instituto de Previdência de Santo André - IPSA, R\$ 233.000.000,00 (duzentos e trinta e três milhões de reais) para o Serviço Municipal de



Saneamento Ambiental de Santo André - SEMASA, R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) do Serviço Funerário do Município de Santo André - SFMSA e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a Fundação de Assistência a Infância de Santo André - FAISA. A composição da Receita por Categoria da Administração Direta soma R\$ 4.262.000.000,00 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e dois milhões de reais), sendo R\$ 1.637.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e trinta e sete milhões de reais) - Receita Tributária (IPTU, ISS, ITBI e Taxas); R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) - Receitas de Contribuição (Contribuição para Iluminação Pública); R\$ 71.000.000,00 (setenta milhões de reais) – Receita Patrimonial (aluguéis e rendimentos); R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) - Receitas de Serviços (serviços diversos); R\$ 1.867.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e sessenta e sete milhões de reais) – Transferências Correntes (FPM, ICMS, IPVA, IPI, Transferências de Convênios Federais e Estaduais); R\$ 91.000.000,00 (noventa e um milhões de reais) – Outras Receitas Correntes (multas, juros, dívidas e receitas de Fundos); R\$ 306.000.000,00 (trezentos e seis milhões de reais) – Operações de Créditos (BNDES, PAC, BID, CAF e PNAFM); R\$ 99.000.000,00 (noventa e nove milhões de reais) – Alienação de Bens (venda de móveis e imóveis); R\$ 247.000.000,00 (duzentos e quarenta e sete milhões de reais) – Transferência de Capital (Convênios Federais e Estaduais – obras e equipamentos); R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais) – Outras Receitas de Capital (Receitas de Fundos de Habitação e Desenvolvimento Urbano) e R\$ 211.000.000,00 (duzentos e onze milhões de reais) – Deduções das Receitas (Retenção do Fundeb (IPI, ICMS, IPVA)). Dando prosseguimento, ressaltou que a maior arrecadação da composição da Receita por categoria da Administração Direta ocorre por meio das Transferências Correntes – R\$ 1.867.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e sessenta e sete milhões de reais) seguidas da Receita Tributária - R\$ 1.637.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e trinta e sete milhões de reais), Operações de Crédito – R\$ 306.000.000,00 (trezentos e seis milhões de reais), Transferências de Capital – R\$ 247.000.000,00 (duzentos e quarenta e sete milhões de reais) entre



outras. Após, apresentou a Composição da Receita por Fonte de Recurso da Administração Direta que se concentra no Tesouro o valor de R\$ 2.599.000.000,00 (dois bilhões, quinhentos e noventa e nove milhões de reais) que corresponde a 61% do orçamento, Transferências e Convênios Estaduais – R\$ 468.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito milhões de reais) - 11%, Fundos Especiais de Despesas – R\$ 305.000.000,00 (trezentos e cinco milhões de reais) – 7%, Transferências e Convênios Federais – R\$ 573.000.000,00 (quinhentos e setenta e três milhões de reais) – 13%, Outras Fontes de Recursos - R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) – 0% e Operações de Créditos - R\$ 318.000.000,00 (trezentos e dezoito milhões de reais) - 7%. Em seguida, informou sobre o quadro resumo da Administração Direta e Indireta para a Despesa de 2025, sendo a Administração Direta o valor de 4.262.000.000,00 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e dois milhões de reais) e a Administração Indireta R\$ 953.000.000,00 (novecentos e cinquenta e três milhões de reais). Dando sequência, detalhou os valores dos repasses financeiros do Tesouro, sendo R\$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais) concentrados na CMSA, R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) - FAISA, R\$ 6.000.000,00 (seis milhões) – IPSA e R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões) – SEMASA, no total de R\$ 156.000.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões de reais). Em continuidade, destacou as despesas das secretarias por fonte, exemplificou: a Secretaria de Saúde R\$ 972.870.000,00 (novecentos e setenta e dois milhões, oitocentos e setenta mil reais) sendo Tesouro R\$ 538.290.000,00 (quinhentos e trinta e oito milhões, duzentos e noventa mil reais) e fonte externa 434.580.000,00 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e oitenta mil reais); Secretaria de Educação R\$ 934.720.000,00 (novecentos e trinta e quatro milhões, setecentos e vinte mil reais) sendo Tesouro R\$ 540.840.000,00 (quinhentos e quarenta milhões, oitocentos e quarenta mil reais) e fonte externa R\$ 393.880.000,00 (trezentos e noventa e três milhões, oitocentos e oitenta mil reais); Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos R\$ 597.440.000,00 (quinhentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e quarenta mil reais) sendo Tesouro R\$ 139.730.000,00 (cento



e trinta e nove milhões, setecentos e trinta mil reais) e fonte externa R\$ 457.710.000,00 (quatrocentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e dez mil reais); Secretaria de Gestão Financeira R\$ 437.850.000,00 (quatrocentos e trinta e sete milhões, oitocentos e cinquenta mil reais) sendo Tesouro R\$ 435.590.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco milhões, quinhentos e noventa mil reais) e fonte externa R\$ 2.260.000,00 (dois milhões, duzentos e sessenta mil reais); Secretaria de Inovação e Administração R\$ 349.170.000,00 (trezentos e quarenta e nove milhões, cento e setenta mil reais) sendo Tesouro R\$ 337.680.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões, seiscentos e oitenta mil reais) e fonte externa R\$ 11.490.000,00 (onze milhões, quatrocentos e noventa mil reais); Secretaria de Mobilidade Urbana R\$ 235.610.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e dez mil reais), sendo Tesouro R\$ 105.240.000,00 (cento e cinco milhões, duzentos e quarenta mil reais) e fonte externa R\$ 130.370.000,00 (cento e trinta milhões, trezentos e setenta mil reais); Secretaria de Segurança Cidadã R\$ 88.270.000,00 (oitenta e oito milhões, duzentos e setenta mil reais) sendo Tesouro R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) e fonte externa R\$ 10.270.000,00 (dez milhões, duzentos e setenta mil reais); Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária R\$ 105.330.000,00 (cento e cinco milhões, trezentos e trinta mil reais) sendo Tesouro R\$ 11.010.000,00 (onze milhões e dez mil reais) e fonte externa R\$ 94.320.000,00 (noventa e quatro milhões, trezentos e vinte mil reais); Secretaria de Assistência Social R\$ 70.780.000,00 (setenta milhões, setecentos e oitenta mil reais) sendo Tesouro R\$ 54.740.000,00 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e quarenta mil reais) e fonte externa R\$ 16.040.000,00 (dezesesseis milhões e quarenta mil reais); Secretaria de Meio Ambiente R\$ 58.780.000,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e oitenta mil reais) sendo Tesouro R\$ 25.870.000,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e setenta mil reais) e fonte externa R\$ 32.920.000,00 (trinta e dois milhões, novecentos e vinte mil reais); Secretaria de Esporte e Prática Esportiva R\$ 48.650.000,00 (quarenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil reais) sendo Tesouro R\$ 25.180.000,00 (vinte e cinco milhões; cento e oitenta mil reais) e fonte externa R\$ 23.470.000,00 (vinte



e três milhões, quatrocentos e setenta mil reais); Secretaria de Planejamento Estratégico e Licenciamentos R\$ 41.720.000,00 (quarenta e um milhões, setecentos e vinte mil reais) sendo Tesouro R\$ 22.190.000,00 (vinte e dois milhões, cento e noventa mil reais) e fonte externa R\$ 19.530.000,00 (dezenove milhões, quinhentos e trinta mil reais); Secretaria de Cultura R\$ 35.780.000,00 (trinta e cinco milhões, setecentos e oitenta mil reais) sendo Tesouro R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) e fonte externa R\$ 9.780.000,00 (nove milhões, setecentos e oitenta mil reais) e demais Secretarias, totalizando R\$ 4.105.760.000,00 (quatro bilhões, cento e cinco milhões, setecentos e sessenta mil reais), divididos em R\$ 2.442.340.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta mil reais) do Tesouro e R\$ 1.663.420.000,00 (um bilhão, seiscentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e vinte mil reais) de recursos externos. Dando sequência, falou sobre o financiamento dos investimentos da Administração Direta, que está concentrado no Tesouro R\$ 383.490.000,00 (trezentos e oitenta e três milhões, quatrocentos e noventa mil reais); fonte 02 – R\$ 50.570.000,00 (cinquenta milhões, quinhentos e setenta mil reais); fonte 03 – fundos especiais de despesas – R\$ 101.630.000,00 (cento e um milhões, seiscentos e trinta mil reais); fonte 05 – transferências e convênios federais – R\$ 209.630.000,00 (duzentos e nove milhões, seiscentos e trinta mil reais); fonte 06 – outras fontes de recursos – R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e fonte 07 – operações de créditos - R\$ 317.720.000,00 (trezentos e dezessete milhões, setecentos e vinte mil reais), totalizando em R\$ 1.630.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e trinta milhões de reais). Informou que a despesa total da administração indireta está concentrada no IPSA – R\$ 704.000.000,00 (setecentos e quatro milhões de reais); CMSA – R\$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais); SEMASA – R\$ 263.000.000,00 (duzentos e sessenta e três milhões de reais); SFMSA – R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) e FAISA – R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalizando R\$ 1.110.000.000,00 (um bilhão, cento e dez milhões de reais). Após apresentou a despesa consolidada do município, concentrada na Administração Direta - R\$



4.106.000.000,00 (quatro bilhões, cento e seis milhões de reais); Administração Indireta - R\$ 1.004.000.000,00 (um bilhão e quatro milhões de reais) e CMSA – R\$ 106.000.000,00 (cento e seis milhões de reais), totalizando R\$ 5.215.000.000,00 (cinco bilhões, duzentos e quinze milhões de reais). Destacou o orçamento criança e adolescente, que está no acesso à educação de qualidade perfazendo um total R\$ 927.440.000,00 (novecentos e vinte e sete milhões, quatrocentos e quarenta mil reais), concentrados na Educação o valor de R\$ 905.850.000,00 (novecentos e cinco milhões, oitocentos e cinquenta mil reais), na Cultura o valor de R\$ 8.940.000,00 (oito milhões, novecentos e quarenta mil reais) e Desporto e Lazer R\$ 12.650.000,00 (doze milhões, seiscentos e cinquenta mil reais); seguidos de saúde, saneamento e habitação no total de R\$ 308.100.000,00 (trezentos e oito milhões e cem mil reais), sendo a saúde responsável pelo valor de R\$ 262.240.000,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, duzentos e quarenta mil reais), o saneamento o valor de R\$ 44.610.000,00 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e dez mil reais), habitação no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais) e Proteção Social no valor de R\$ 39.200.000,00 (trinta e nove milhões e duzentos mil reais). Posteriormente foram destacados alguns programas e ações que constarão na LOA 2025, compondo: programa 41 – Atenção Primária à Saúde, ação 1035 – implantação e/ou revitalização de unidade de atenção primária, unidade de medida: %, produto: unidade implantada e revitalizada, meta física: 100 e meta financeira: R\$ 31.379.000,00 (trinta e um milhões, trezentos e setenta e nove mil reais), ainda no programa 41, ação 2122 – Manutenção da Rede de Atenção Primária, unidade de medida: unidade, produto: unidade mantida, meta física: 35, meta financeira R\$ 124.904.000,00 (cento e vinte quatro milhões, novecentos e quatro mil reais); programa 46 – Aplicação do Plano de Ações Articuladas para Pessoas com Deficiência, ação 2128 – Promoção de Equidade e Enfrentamento das Violências contra as Pessoas com Deficiência, unidade de medida: %, produto: ações realizadas, meta física: 100 e meta financeira: R\$ 2.554.000,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil reais); programa 58 –



Mobilidade Urbana Sustentável, ação 1043 – Ampliação e Remodelação do Sistema Viário do Programa de Mobilidade Urbana, unidade de medida: %, produto: vias públicas ampliadas, meta física: 100 e meta financeira: R\$ 53.417.000,00 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e dezessete mil reais); programa 70 – Educação Infantil, ação 2174 – Atendimento às Unidades Escolares – Educação Infantil, unidade de medida: unidade, produto: unidades atendidas, meta física: 100 e meta financeira: R\$ 121.602.000,00 (cento e vinte e um milhões, seiscentos e dois mil reais); programa 75 – Uniformes Escolares, ação 2182 – Fornecimento de Uniformes, unidade de medida: número, produto: alunos atendidos, meta física: 42.100 e meta financeira R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); programa 78 – Gestão do Patrimônio Histórico e Ambiental, ação 1061 – Patrimônio Histórico, unidade de medida: %, produto: patrimônio recuperado, meta física: 33,3 e meta financeira: R\$ 27.385.000,00 (vinte e sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil reais); programa 82 – Incentivo à Criação Artística, ação 2189 – Manutenção das Atividades da Orquestra e Equipamentos Culturais, unidade de medida: número de pessoas, produto: população atendida, meta física: 20.000 e meta financeira: R\$ 3.738.000,00 (três milhões, setecentos e trinta e oito mil reais); programa 86 – Habitação e Urbanismo de Interesse Social, ação 1069 – Urbanizações, unidade de medida: número de pessoas, produto; urbanizações executadas, meta física: 1.808 e meta financeira R\$ 65.637.000,00 (sessenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e sete mil reais). Por último informou que foi realizada uma consulta pública eletrônica, entre 22 de agosto e 06 de setembro de 2024, por meio do sítio eletrônico da Prefeitura ([acesse.santoandre.br/LOA2024](https://acesse.santoandre.br/LOA2024)), por intermédio do aplicativo COLAB. O resultado desta Consulta contou com a participação de 194 munícipes que escolheram 582 prioridades dentre os 12 Eixos Temáticos disponíveis. Apontou que o item mais votado foi a segurança com 23,54%, seguido da saúde com 14,95%, infraestrutura urbana com 14,26%, educação com 11,34%, manutenção e zeladoria dos espaços públicos com 8,08%, meio ambiente com 6,53%, emprego e renda com 4,98%, desenvolvimento urbano e habitacional com 4,81%, cultura, esporte,



lazer e turismo com 2,92%, gestão e transparência 2,75% e modernização da administração pública com 2,41%. Explica em seguida que para esclarecimentos e sugestões fica disponibilizado o e-mail [orcamento@cmsandre.sp.gov.br](mailto:orcamento@cmsandre.sp.gov.br). O Presidente Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria) – Quem tiver qualquer dúvida, começando pelos vereadores, a Mesa está à disposição para respondê-las. Vereador Ricardo Alvarez (Ricardo Alvarez) – Queria levantar algumas questões relativas ao orçamento e começo com uma observação geral. A primeira, evidente que eu vou falar aqui, não tem a ver com o Secretário, os funcionários de carreira, os trabalhadores da Prefeitura, mas tem a ver com uma política da Prefeitura, então tem a ver com o Prefeito. Nos últimos quatro anos, eu acompanhei de perto, porque eu estava aqui na Câmara nos quatro anos anteriores, não, acompanhei menos, mas nos últimos quatro anos, o que a gente observou foi que o Prefeito gastou dinheiro, inclusive com o outdoor, para dizer que as contas da Prefeitura estavam tudo em ordem, a dívida da Prefeitura caiu 80%, que Santo André parecia, do ponto de vista financeiro, uma Copenhague. Isso foi o discurso do Prefeito. O Prefeito fez isso. Isso acompanhei de perto. Usei essa tribuna aqui várias vezes para tratar desse assunto. O que a gente observa é que o orçamento 2025, coincidentemente, não na gestão do atual Prefeito, mas na primeira do próximo Prefeito, ela vem 10% menor. O Secretário apontou aqui que a questão não está nos recursos diretos, mas estão nos recursos repassados das esferas federal e estadual. Porém, optou-se, em anos anteriores, para trabalhar com outros números, agora não, caímos na realidade bem agora. Então, existe uma política do Prefeito, e ele fez isso, até com maestria, diga-se, de criar uma sensação na cidade de que estava tudo bem, e não está. Não está. E vou dizer por quê. Não está porque essa Câmara aprovou há três terças-feiras, aprovou o quarto perdão de dívida seguido com o Instituto de Previdência, em três anos, por cinco anos, adiou por cinco anos que a Prefeitura devia ter pago, um ano, adiou por 20, jogando custos elevados, porque o repasse do Instituto de Previdência não é qualquer valor, é um valor elevado, jogando para frente. Se o Gilvan cumprisse o que é lei, ele não vai cumprir, mas só para que todo mundo entenda,



se o Gilvan fosse cumprir os quatro, eu chamo de calote, os quatro calotes que a Prefeitura deu na parte patronal para o IPISA, em janeiro do ano que vem, ele tinha que pagar a parte de 25, mais uma parte de 21, 22, 23 e 24, não vai pagar. Então vai continuar empurrando essa dívida para frente. Isso é um sintoma de que as coisas não estão bem, mas tem mais, tem um projeto circulando aqui na Câmara, foi protocolado dez dias atrás, deve ser votado amanhã, creio eu, de fazer um rapa nos fundos. Nunca antes, na história dessa cidade, se rapou dinheiro de fundo para jogar no Tesouro para pagar a dívida de precatório, mas tem um projeto tramitando que mostra que as coisas não estão bem, pegar dinheiro de fundo, eu já estou avisando, eu vou votar contra esse projeto. Mas não tem mais, não é só isso. Em 2021 essa Câmara também aprovou, em função da Covid, de repassar 80 milhões aproximadamente dos fundos municipais para o Tesouro Municipal para o combate à Covid. Naquele mesmo projeto estava escrito que três anos depois, terminada a pandemia, a Prefeitura devolveria o dinheiro aos fundos, iniciaria a devolução dos recursos aos fundos. Passaram-se três anos agora, em fevereiro do ano que vem, completam-se três anos, a Prefeitura deveria devolver o dinheiro. Nesse projeto de sacar o recurso sobranante dos fundos está lá a anulação da devolução. Eu particularmente considero um desrespeito à Casa, porque quando se aprova um projeto em que está escrito que ele vai pegar o dinheiro, mas vai devolver, e depois não devolve, eu acho complicado, mas tem lá não devolver o dinheiro dos fundos. Quer dizer, se as coisas estivessem bem, devolveria os 80 milhões dos fundos, mas não é o caso. No projeto tem lá a não devolução dos recursos. Enfim, eu estou fazendo um comentário em geral, porque a minha leitura é uma leitura em que esse orçamento que deve ser votado talvez amanhã, aqui na Câmara, amanhã é a penúltima terça-feira legislativa do ano, esse projeto que vai ser votado, provavelmente aqui amanhã, ele traz uma realidade de Santo André que não foi a realidade pintada pelo Prefeito nos últimos quatro anos, era muito mais grave do que se imagina. Quero lembrar também que no orçamento, várias secretarias, estão sofrendo cortes, parece-me que tem quatro ou cinco que não sofrem cortes, pelo contrário tem incremento de



recurso, que eu considero um absurdo, é a de comunicação. Às vezes se tira de outras áreas, mas a de comunicação, entende-se, porque você tem que fazer propaganda de uma coisa que não existe, foi o que o Prefeito fez. Inclusive eu entrei no Ministério Público, o Ministério Público fez o Prefeito devolver 30 mil reais por orçamento, porque ele publicou uma informação errada de orçamento, ele teve que devolver 30 mil reais por conta disso. Então, tem que fazer propaganda de uma realidade que não existe. Se tem crise financeira a responsabilidade é assumir que ela existe e tomar medidas para tal, e não ficar inventando coisas que não existem. O Prefeito fez isso, não estou me referindo ao Secretário, aos funcionários, estou falando de uma política do Prefeito. A ficha caiu. E eu queria perguntar, além desse comentário, aonde que aparece no orçamento o valor do precatório alimentar que a Prefeitura tem para pagar? Eu não vi constar no orçamento o precatório, o valor do precatório. Então eu queria saber qual é esse valor de precatório e se ele consta, porque eu não identifiquei no orçamento. E também queria perguntar se existe alguma previsão, se há previsão de reajuste na data base dos servidores agora, no começo do ano que vem. Sr. Pedro Henrique Ruiz Seno – Vou tentar falar sobre item por item, Professor Ricardo. Primeiro, nem é o meu papel falar isso, mas eu acho importante dar a minha avaliação. Sobre a questão desse discurso, até porque o Prefeito é o nosso comandante, mas, no fim das contas, muito do que o Prefeito faz é subsidiado pelas coisas que a gente determina nas secretarias. O Prefeito, em muitas coisas, ele acaba sendo um ouvinte, a gente passa a situação para ele, passa as alternativas e ele ajuda a gente a decidir. Então a responsabilidade também, sem dúvida, é nossa, como gestores. Sobre a dívida de 80%, essa discussão da redução da dívida de 80%, a gente até chegou a responder alguns questionamentos, pedir ler e acessar essa informação sobre isso. O que acontece é que foi em 2017, eu não era Secretário de Finanças, mas participava do nosso, do comitê que a gente chama aqui de CCO, Comitê de Controle Orçamentário, que é um grupo de Secretários que deliberam sobre as grandes questões orçamentárias e financeiras aqui da gestão. Essa questão da redução da dívida de 80%, isso aconteceu na linha de que, quando a



gente assumiu, a gente tinha restos a pagar em torno de R\$ 320 milhões, deixados pela gestão anterior, que foi aquele parcelamento que foi feito, foi sendo cumprido ao longo dos primeiros anos do primeiro mandato. E a questão dos precatórios, especialmente da Sabesp. Quando a gente iniciou o governo, a dívida de precatório era em torno de R\$ 5 bi hoje, e aí depois eu vou chegar nos números do ano aqui, que é a questão número 5, ela está em torno de R\$ 1,5 bi. Só de precatório é uma redução de 70%, de R\$ 5 bi para R\$ 1,5 bi. As grandes questões que foram feitas para resolver isso é a questão das câmeras de conciliação que estão sendo feitas e estão sendo honradas. A gente paga 5% de precatório hoje, da receita corrente líquida, e quando eu falo receita corrente líquida, não é só receita de fonte 1, receita corrente líquida envolve a receita corrente também das outras fontes, mas quando a gente paga, a gente paga exclusivamente com fonte 1. Hoje a gente paga 5% da receita corrente líquida e a dívida reduziu de 5 bi para 1,5 bi, principalmente baseado nessas câmeras de conciliação e no acordo com a Sabesp, quando a gente fez a concessão de serviço de água e esgoto. A gente já tinha perdido aquela discussão que todo mundo conhece, de que a gente pagava o valor do metro cúbico menor que deveria, isso virou um precatório de aproximadamente quase R\$ 4 bilhões, e ele foi feito, o acordo, a cada ano que a gente mantém a concessão de serviço de água e esgoto do Sabesp, é uma concessão de 40 anos, a cada ano que a gente mantém a concessão, porque um outro Prefeito, como o Gilvan, pode vir e resolver, por exemplo, encerrar esse processo de concessão, ou um outro Prefeito pode fazer isso, a cada ano que a gente passa com a concessão ativa, a dívida reduz 1 quarenta avos do total, e a dívida líquida de precatório hoje é na faixa de 1,5 bi. Por isso, essa fala de que a gente reduziu a dívida em 80% é uma questão importante. Se isso não tivesse sido feito a Prefeitura estaria, sem dúvida, inviabilizada pela questão desse montante de precatórios. Segundo, sobre os parcelamentos com o Instituto de Previdência a gente está fazendo uma ação, professor Ricardo, sem dúvida é uma questão para ser discutida, mas, da nossa parte, a gente está fazendo esses parcelamentos com o IPSA dentro da lei, aprovado pelo



Ministério da Previdência, 100% aprovado pelo Ministério. A gente esteve em Brasília duas vezes esse ano para conversar com o Ministério da Previdência, estivemos ano passado para conversar com o ministro, com os técnicos, então tudo está sendo feito sobre o parcelamento do IPSA, está sendo feito completamente de acordo com o que preconiza o Ministério da Previdência. A segunda questão é que, o que comprova isso, inclusive, é que a gente hoje tem em dia o CRP. Para quem não sabe, o CRP é o Certificado de Regularidade Previdenciária, que é emitido pelo Ministério da Previdência, que diz que a gestão de toda a parte financeira que envolve a previdência dos servidores da administração direta e indireta, do nosso RPPS, o regime próprio de previdência social, está sendo feito rigorosamente dentro da lei. E os parcelamentos, qualquer pedido pode ser enviado para a gente, para a gente passar os dados, todos os parcelamentos que foram feitos, são quatro parcelamentos feitos para essa gestão, e a gente tem um parcelamento que foi feito em 1996, de 480 parcelas a maior que a gente tem, o mais longo, ele só vai acabar em 2041, é um parcelamento feito pela gestão anterior, em 1996, são cinco parcelamentos, quatro feitos por nós e um feito pela gestão anterior, todos com os pagamentos cumpridos rigorosamente em dia. Não tem um dia de atraso qualquer um dos parcelamentos que a gente tem hoje em ativos para o Instituto. Nem os feitos pela nossa gestão, nem os feitos pela gestão anterior. E por último, que acho que é importante dizer, financeiramente falando, o parcelamento feito com o IPSA, ele é bom para o Instituto. Por quê? Porque quando a gente firma um acordo de parcelamento, isso é colocado no projeto de lei e depois nos termos de acordo que a gente faz com o Instituto de Previdência, e isso pode ser visto pelos próprios vereadores, porque foi aprovado nessa casa de leis, todo parcelamento que a gente faz com o Instituto de Previdência, ele prevê o pagamento da meta atuarial mais o IPCA. A meta atuarial do Instituto de Previdência hoje é IPCA, ou seja, a inflação, mais 4,81%, ou seja, se a inflação hoje é 5%, a Prefeitura tem que pagar a parcela atualizada em 9,81%, 5% do IPCA, que seria a inflação, mais um ganho de rendimento 4,81%. Então, a meta atuarial de 2024 é IPCA mais 4,81%, a meta atuarial do IPCA em



2025, IPCA mais 4,89%. Então, financeiramente falando, o parcelamento é mais vantajoso para o Instituto do que o repasse que é colocado em fundos de investimento, e aí pode ter rendimento, pode não ter rendimento, pode render acima da inflação, abaixo da inflação. Então é uma questão que não é líquida e certa. Então, financeiramente falando para o Instituto, desde que a Prefeitura honre os pagamentos dos parcelamentos em dia, é vantajoso. E, de novo, vou reafirmar essa informação, todos os parcelamentos feitos pela Prefeitura com IPCA estão sendo cumpridos rigorosamente em dia, não tem um dia de atraso nenhum dos cinco parcelamentos. Nem os quatro feitos pela nossa gestão, nenhum feito pela gestão anterior. Os cinco parcelamentos compõem um total de 1.080 parcelas, das quais 363 já foram pagas e a gente ainda tem 717 em aberto. Um valor total de parcelamento de 340 milhões inscritos, dos quais já foram pagos 110 e ainda faltam pagar 267 milhões. Todos os números públicos e, qualquer dúvida, os vereadores ou qualquer pessoa via lei de acesso à informação, pode pedir um detalhamento desses dados. Item 3, sobre o superávit dos fundos. Esse projeto de lei, eu entendo que ele é polêmico, mas a gente não está inovando. O que a gente fez foi copiar uma lei de Porto Alegre, até vou passar o número da lei para quem quiser consultar, é a Lei Complementar 987, de 2023, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Eles fizeram essa lei, a gente se inspirou na lei deles para fazer esse tipo de processo. E o que a gente tem feito, na verdade, nesse projeto de lei, é utilizar recursos do superávit dos fundos para cobrir despesas que, muitas vezes, a gente cobre com o Tesouro Municipal. E a gente vai falar de precatório de novo, porque a lei prevê isso, inclusive para a gente usar isso para fazer pagamento de precatório, porque quanto mais a gente usar recurso externo, não Tesouro puro para pagar precatório, mais recurso a gente tem no Tesouro para executar as políticas públicas. Eu vou depois chegar no quinto item de precatório e falar um pouco dos números, mas se a gente conseguir hoje pagar os quase 200 milhões que a gente paga por ano de precatório com política pública para o município, a gente vai tornar o município um município melhor para ser gerido. E, de novo, a lei que está na Câmara



para ser votada, não sei se ela vai ser votada amanhã, semana que vem, se vai ser votada ano que vem, ela prevê que a gente discuta isso com o gestor dos fundos, e ela fala no seu artigo 3º o seguinte: a desvinculação do superávit financeiro dos fundos municipais ao Tesouro municipal fica condicionado ao cumprimento dos seguintes requisitos, requisito um, a aplicação dos recursos do fundo municipal deverá obedecer as normas constitucionais e legais pertinentes, incluindo aquelas de vinculação específica de receita, e dois, que é o que eu queria chegar, não implicar em prejuízo as políticas públicas que fundamentaram a criação do fundo municipal, ou seja, a gente vai utilizar recursos dos fundos que não atrapalham as políticas públicas às quais os fundos estão vinculados. E, por fim, eu acho importante dizer, nem todos os fundos municipais estão inclusos nessa lei. Por exemplo, o Fundo Municipal de Saúde não está incluso, porque ele tem vedação constitucional, o Fundo Municipal de Educação não está incluso, porque ele tem vedação constitucional, o Fundo Municipal de Cultura não está incluso, porque a gente acha que não tem necessidade, o Fundo Municipal da Criança e Adolescente, FUNCAD, não está incluso porque também tem vedação constitucional. Então a gente está fazendo esse processo dos fundos que a gente acha, especialmente, que a gente acaba gastando recursos do Tesouro municipal quando a gente poderia estar utilizando recursos dos fundos, e eu não sei se tem alguém ou alguém aqui do Fundo Municipal da Criança e Adolescente, eu fiz essa fala muito clara numa reunião que a gente teve do CMDCA recentemente aqui, quando a gente foi pedir o uso de recurso do fundo para pagar a despesa do fundo, que era a despesa das entidades. Tem alguém do Fundo Municipal da Criança e Adolescente aqui? Do Conselho, aliás, do CMDCA? Não? A gente fez duas reuniões, alguns meses atrás, com o pessoal do CMDCA, pedindo para o quê? A gente ter aprovação para utilizar recursos do Fundo Municipal da Criança e Adolescente para custar a despesa da Criança e Adolescente, por quê? Porque a gente estava gastando esse ano, tinha a previsão de gastar esse ano, quase 15 milhões de reais, de novo, o Fundo Municipal da Criança e Adolescente não está na lei, eu só estou explicando a lógica do projeto



de lei. A gente tinha a previsão de gastar esse ano 15 milhões de reais de recursos do Tesouro com entidades assistenciais que cuidam de crianças e adolescentes, quando a gente tinha quase 10 milhões de recursos no fundo, parados, sem uso, e é um recurso que vinha crescendo no ano. A gente terminou 2022 com 7 milhões no fundo, 2023 com 9 milhões do fundo, e a gente estava agora, em 2024, com mais de 10 milhões no Fundo Municipal da Criança e Adolescente, e, ao mesmo tempo, gastando 15 milhões de recursos do Tesouro municipal com a mesma política. Então, o que prevê esse projeto de lei que a gente colocou, do superávit dos fundos? Que, desde que não haja prejuízo, e, de novo, o Fundo Municipal de Cultura não está incluso. Desde que não haja prejuízo às políticas públicas às quais os fundos estão vinculados, a gente possa desvincular o superávit do fundo, o superávit, e o que é o superávit? São os valores que existem nos fundos e que não tem nenhum tipo de empenho, reserva, liquidação atrelada ao fundo, ou seja, que não tem gasto previsto. E o projeto de lei, de novo, ele fala, ele trata, inclusive, no artigo 2º, o que entende por superávit financeiro. Entende por superávit financeiro, a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado a final de cada exercício, mediante apresentação do balanço patrimonial, ou seja, o que não tiver liquidação, empenho, reserva ou nenhum tipo de gasto previsto. E aí, o pessoal do esporte está aqui, por exemplo, no esporte, hoje, a gente gasta em torno de R\$ 15 milhões, também R\$ 14, R\$ 500, R\$ 15 milhões por ano do Tesouro puro com as ações de esporte que poderiam ser custeadas pelo fundo. A gente vai gastar esse ano mais de R\$ 40 milhões de recursos do Tesouro com ações do Fundo Municipal de Trânsito, aliás, com ações do trânsito que poderiam ser custeadas com recursos do Fundo Municipal de Trânsito. Então, nada mais estamos fazendo do que o bom uso dos recursos que a gente tem em caixa do município. Item 4, gastos com comunicação. Até passou uma apresentação, não sei se alguém se atentou a isso, mas o gasto com comunicação, professor Ricardo, se a gente olhar todas as políticas finalísticas ou políticas meio da Prefeitura, que são de alguma secretaria específica, o gasto da comunicação, da secretaria de comunicação só não é



menor do que o gasto com a secretaria da pessoa com deficiência. Então, tirando chefia de gabinete, núcleo de ação social, essas passas que não são secretarias, são unidades, o gasto da comunicação só não é menor do que o gasto com a secretaria de pessoa com deficiência. Sobre precatórios, a gente prevê gastar esse ano, mas o gasto com precatório, vocês vão ver aqui na apresentação, a secretaria que tem o maior gasto de todos é a secretaria de saúde, obviamente, contando, vou falar só de recursos próprios, porque precatório é só recurso próprio. A saúde hoje, a previsão é gastar R\$ 538 milhões no ano que vem, a segunda é a educação, aliás, é porque está invertido aqui, porque está o total, mas a que prevê gastar mais é a educação, R\$ 540 milhões do recurso de fonte 1, a segunda é a saúde, prevê gastar R\$ 538 milhões, o terceiro é esse Secretário que vos fala, a secretaria de gestão financeira, R\$ 429 milhões. O orçamento de finanças é muito grande porque todos os gastos que envolvem essa parte obrigatória da Prefeitura, acaba sendo alocado na secretaria de finanças, especialmente precatórios. Então, dos R\$ 429 milhões da secretaria de finanças, a previsão do ano que vem é a gente gastar, em 2025, R\$ 189 milhões com precatório. Esse ano, em 2024, a nossa previsão, perdão, é R\$ 183 milhões, R\$ 640 mil, R\$ 917,78, com precatórios para 2025. Esse ano, em 2024, a gente prevê gastar R\$ 173 milhões de precatórios, R\$ 173.377.347, dos quais, até o dia 25 de novembro, que é a data de hoje, a gente já pagou R\$ 144 milhões. A gente está pagando 5% da receita corrente líquida, que é o valor definido pelo Tribunal de Justiça, e a gente prevê ainda pagar R\$ 14.400.000,00 em novembro, dia 30 de novembro, R\$ 14.400.000,00 dia 30 de dezembro. Esse ano a gente está pagando 5%, indiscutível, sem fazer nenhum tipo de alteração, inclusive porque a gente tem vários servidores municipais aqui, o precatório que está sendo pago exatamente nesse momento é o precatório dos 25% daquele direito com razão total do processo que foi feito no passado. Esse é o precatório que está sendo pago no momento. A gente conhece muita gente que já recebeu, inclusive. As pessoas que não receberam é mais pela demora no Tribunal de Justiça, pelo DEPRE, de liberar o recurso. A gente tem observado que toda vez que a



gente deposita o recurso, ele chega a demorar cinco a seis meses para ser liberado para os servidores, mas o precatório que está sendo pago nesse momento, desde março do ano passado, se eu não me engano, é o precatório dos 25% dos direitos dos nossos servidores. Por fim, acho que era a última questão que eu anotei aqui, a data base do servidor, para o Sr. Ricardo, é 1º de maio, era 1º de abril, a gente mudou para 1º de maio, na última mesa de negociação, por ser o dia do trabalho e vai depender, obviamente, do fechamento da inflação nesse período e vai ser discutido com o sindicato no primeiro quadrimestre do ano que vem. Acho que é isso, mas estou de novo, sigo aberto a questionamentos. Vereador Márcio Colombo (Márcio Colombo) – Eu acredito que, dentro de um processo democrático, é muito comum que a oposição sempre vai ter duras críticas à gestão. A oposição tem o papel de atacar, tentar identificar alguma vulnerabilidade e tentar criar algum fato político. A verdade é que a questão de orçamento, infelizmente os municípios não têm soberania econômica dentro da federação. Muito pelo contrário, a gente tem um pacto federativo que faz com que o orçamento de uma cidade seja muito inferior à própria riqueza que é produzida dentro das nossas divisas. Então, a gente tem um problema que já começa por aí. A questão da crise econômica, como forma é colocada, é algo que também atinge todas as cidades e municípios do Brasil. A gente vê um governo federal que vem colocando o arco a bolsa fiscal, nessa semana, já faz um mês, mais ou menos, que está discutindo alguma política de corte de gastos para tentar, de alguma maneira, gerar um fator econômico que baixe os juros e gere uma economia um pouco mais pujante, com investimentos, com confiança, volta de credibilidade. E tudo isso, obviamente, impacta no orçamento dos municípios. Dito isso, torna ainda mais difícil de gerenciar algo em que qual é a prioridade, para onde vai o dinheiro, como que a gente vai manter a cidade em dia, com um orçamento curto para tantas demandas, como é uma cidade de Santo André, questões habitacionais, de moradia, criminalidade, zeladoria, para onde que vai o recurso. A gente vê, pelo que eu venho observando, nos últimos oito anos, embora Santo André esteja num país cuja economia não se estabilizou, é um desafio, o



orçamento, ele vem... ano a ano, entregando o anseio da sociedade. Politicamente, a gente vê isso através da alta aprovação do governo. O governo tem 80% de aprovação política. Por quê? Porque os serviços públicos estão sendo entregues. E dentro de um desafio, e aí é o reconhecimento do time, que se Paulo Serra é bom em algo, é bom escolher as pessoas certas. Então, eu discordo quando a gente tenta colocar todas as vitórias em cima de uma pessoa, ou todos os problemas em cima de uma pessoa, a gente tem que colocar o reconhecimento em cima de cada um. E Paulo Serra, o que sabe fazer, e que provavelmente ele se diferencia das gestões anteriores, é formar um time capacitado, mediante a uma situação difícil, que é gerenciar o orçamento de uma cidade tão rica quanto Santo André, ao mesmo tempo tão desafiadora, porque o cobertor sempre vai ser curto, e dessa forma vem entregando. Então, já que a gente está em uma transição, eu queria escutar um pouco de como que é a transição agora, de governo, de gestão, para uma futura gestão, se diferencia do momento em que o Paulo Serra assumiu e a gente teve melhoras nesse sentido? Eu acredito que sim, mas gostaria dessa confirmação. Sr. Pedro Henrique Ruiz Seno – Sem dúvida, eu até falei isso quando eu estou no segundo passagem pela Secretaria de Finanças, e eu falei isso em uma entrevista para o Diário, no início da segunda passagem, de que a gente ia entregar um governo mais organizado financeiramente do que a gente recebeu. E é verdade. Todas as obras que estão previstas para o ano que vem, todas, eu reafirmo isso, elas estão com o orçamento garantido. Tudo que tem de obra prevista, de contrapartida de obra ou de obra mesmo, seja das obras da saúde, educação, construção de creche, a Marília está aqui com a coisa, pode falar um pouco também sobre essa parte do planejamento estratégico previsto para a parte de obras. Mas a parte de planejamento orçamentário e financeiro, todas as obras previstas com entrega para o ano que vem, estão com o orçamento garantido, seja de fonte um, seja de fonte externa. O Complexo Santa Teresinha acho que é um bom exemplo. Todo recurso previsto, inclusive de fonte um, de contrapartida do recurso de operação de crédito do BID, está com o orçamento previsto já para que a gente faça a entrega. Se não me



engano, a previsão hoje é março ou abril do ano que vem, com certeza antes do aniversário da cidade. As obras do Maurício de Medeiros, que talvez seja a grande obra que a gente tem hoje, da construção das avenidas, com drenagem e etc., muito parecido com o que a gente fez ali no Caçaquera, na avenida Anhaia Melo, todo recurso previsto, seja de fonte um ou de fonte externa, está previsto no orçamento. Então, é um desafio, sem dúvida, a gente poder equilibrar esses pratos para fazer com que a gente garanta o custeio da máquina, que a gente garanta o recurso previsto para as obras, que a gente faça também, como eu disse, o pagamento de todos os empréstimos, financiamentos, parcelamentos, dívidas, como eu disse, tudo hoje, precatório, dívida, parcelamento, contrapartida de obra, tudo hoje está 100% previsto no orçamento e 100% pago em dia. Presidente Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria) – Antes de abrir ao público, nós temos os questionamentos que vieram via e-mail e vamos passá-los. Foram recebidas, antes da audiência pública, duas perguntas que foram direcionadas pela rede Beija-Flor de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André. As perguntas são bastante extensas e já foram transmitidas aos membros da Mesa. Vou passar apenas para o registro, aos que nos assistem pela internet, de uma forma um pouco mais resumida. A primeira questão dita é o seguinte: O Prefeito eleito para a próxima gestão apresentou um programa de governo no campo da cultura por ocasião das eleições e, dentre os itens listados, estão consolidar a implantação dos sistemas municipais de patrimônio cultural, das bibliotecas, leitura e literatura, de informações e indicadores culturais e do núcleo de formação em gestão e políticas culturais e realizar a revisão do Plano Municipal da Cultura, atendendo ao estabelecido no Sistema Municipal de Cultura, previsto pela Lei nº 9.776, de 2015. Entretanto, para que o futuro Prefeito possa concretizar estes planos, é necessário que tenha condições, dentre elas pessoal, mas o que se verifica é uma tendência de queda nas despesas previstas com o pessoal sobre o orçamento total da Secretaria de Cultura, atingindo sua previsão de menor patamar em 39,4% no previsto para 2025. Dentre esse cenário, pergunta-se qual o impacto disso no cumprimento das promessas



de campanha do Prefeito eleito e o que explica essa queda das despesas com o pessoal. E a segunda questão, segundo a Lei Municipal de Cultura em Santo André, são receitas do Fundo Municipal de Cultura, despesas de fonte 1, dotação orçamentária própria de vinda de repasse anual de 5% do montante, dos recursos próprios da municipalidade, do orçamento aprovado para o gabinete da Secretaria de Cultura e Turismo e para o Departamento de Cultura, excetuando-se os gastos com o pessoal. Os dados disponibilizados na LOA-2025 para o gabinete da Secretaria de Cultura e o Departamento não permitem saber quais são os gastos relacionados à fonte 1, conforme exigido no art. 53 da Lei nº 9.776. Pela falta desta transparência, impossibilita a sociedade civil saber qual a origem dos recursos para o gabinete da Secretaria. E pergunta-se se o Executivo cumprirá o que manda a lei neste sentido. Sr. Pedro Henrique Ruiz Seno – Sobre a questão de cultura, a gente também respondeu isso, falou um pouco desse discurso na audiência pública da Lei Orçamentária de 2024, ano passado. A discussão que sempre trazem para a gente é sobre a questão do compromisso de investir ao menos 1% do orçamento na cultura. E a discussão sempre é que a gente investe menos de 1% e a gente alega que, de novo, a gente investe mais de 1% na cultura do valor que é de fonte 1 Tesouro, que é o nosso valor discricionário. Vou até colocar os valores aqui, que eu aproveitei enquanto a gente ia falando aqui. Eu já fui pegando, eu tenho um relatório que tem todo o orçamento geral por ar desde 2017 na Prefeitura de Santo André. Orçamento 2017, 1,491 bilhões. Valor da Secretaria de Cultura, 19 milhões, ou seja, 1,3%. 2018, 1,730 bilhões, ou seja, 1,730 bilhões de orçamento. Orçamento da cultura, 19,3 milhões, 1,12%. 2019, 1,725 bilhões de orçamento de fonte própria, 18 milhões de orçamento da cultura, 1,07. 2020, 1,777 bilhões de orçamento. Orçamento da cultura, 19,225 bilhões, 1,08. 2021, orçamento da Prefeitura, 1,784 bilhões. Orçamento da cultura, 18 milhões, 1,01%. 2022, até eu estava à frente da pasta em 2021, quando a gente montou o orçamento em 2022. Receita prevista para a Prefeitura, 1,991 bilhões. Orçamento da Secretaria de Cultura, ele saltou nesse ano de 18 para 21 milhões. 21,880 bilhões, quase 22 milhões, 1,10%.



Orçamento de 2023, 2,499 bilhões. O orçamento foi um pouco superdimensionado na época, e a gente não arrecadou, mas mesmo assim, orçamento da cultura, 25,839 bilhões, 1,03. Orçamento de 2024, ano corrente, 2,547 bilhões, previsto de fonte 1. Orçamento da cultura, 27,559 bilhões, 1,08. E para o ano que vem, a gente tem um orçamento previsto de 2,599 bilhões. Orçamento da cultura, 26 milhões, acima de 1% também. Então, do que é recurso de fonte 1, discricionário, recurso próprio da Prefeitura, todos os anos desde 2017, não levantei atrás disso. Estou falando números. Não levantei antes de 2017, mas do orçamento de fonte 1, desde 2017, todos os anos a gente colocou o orçamento da cultura acima de 1% da receita prevista da Prefeitura. Levantei hoje, além disso, obviamente, o segredo das áreas é a gente cada vez mais fomentar a parte de uso de recursos externos. Peguei o relatório que a gente tem do CONAP, que é um relatório que a gente faz diariamente sobre os saldos das contas. Hoje, na lei do Plano Nacional de Fomento à Cultura, que é a Lei Aldir Blanc, o orçamento que a gente tem em caixa hoje, 4.874.000. Os recursos externos da cultura, eles nunca são travados. O Caio, que é o nosso agente planejamento responsável por orçamento da cultura, acompanha bem essa discussão. Todo recurso de fontes externas das critérios de cultura é sempre liberado. As solicitações que são feitas por orçamento nunca são contingenciadas, travadas, negadas. Os recursos são sempre liberados. O segredo que eu acho, o que a gente tem que fazer cada vez mais, e o Poder Público tem que apoiar o Conselho Municipal de Cultura nesse trabalho, é a gente cada vez mais levantar o fomento de recursos de fontes externas. Eu tenho estudado bastante a questão das leis de incentivo, e a cultura é a melhor política pública para ser trabalhada com leis de incentivo. Para quem não sabe, a gente tem duas leis muito famosas, uma lei estadual e uma lei federal. A lei estadual é o PROAC, de São Paulo, é onde as empresas privadas podem direcionar recursos do seu ICMS direto para projetos culturais do município. E a outra lei, que talvez seja a lei de incentivo mais famosa do Brasil, é a Lei Rouanet, onde a gente pode pegar 4% do imposto de renda das empresas que têm lucro real e passar para projetos inscritos na Lei Rouanet, na



Lei Federal de Incentivo à Cultura. É uma política que eu acho que a gente tem que fomentar cada vez mais no município, porque é um recurso bom para o município. ICMS é uma receita que, na verdade, é diluída entre os municípios do Estado inteiro. O imposto de renda é um recurso que vai direto ao Governo Federal, só uma parte disso volta para o município. E é um recurso que a gente tem que cada vez mais incentivar os projetos sociais do município para que inscrevam projetos, para que cada vez mais os projetos dependam menos de recursos do Tesouro Municipal. Da parte da Prefeitura, no compromisso de investir 1% da cultura, está sendo cumprido rigorosamente desde 2017. Falei os valores aqui. Se alguém quiser pode solicitar de novo via Lei de Acesso e Informação, direto para a gente por e-mail, no e-mail que a gente colocou do orçamento da Prefeitura lá, [orçamento@santandrea.sp.gov.br](mailto:orçamento@santandrea.sp.gov.br). Mas é isso, do compromisso de recursos do Tesouro Municipal está sendo cumprido desde 2017 colocar ao menos 1% da receita prevista na cultura. E cada vez mais temos que trabalhar essas leis de incentivo que são tão boas e acabam não sendo exploradas da forma como eu acredito que deveriam. É isso. Presidente Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria) –Agora, questionamentos da plateia. Helena – Eu sou servidora pública aposentada, dependo do Instituto de Previdência dessa cidade. E também sou conselheira do Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental. E já fui também do Conselho Gestor do FUNGESAN, que é exatamente o fundo sob a administração do COMUGESAN. Eu tenho uma pergunta. Ainda existe o Conselho Municipal de Orçamento? Porque certa vez, percorrendo o site da Prefeitura, eu vi que existe um conselho municipal, parecia vigente, mas não tinha informações dos nomes da sua composição e se nele tinha representação da sociedade civil. Já houve um tempo, muitos anos nessa cidade, que tínhamos um conselho municipal de orçamento participativo, com forte participação da sociedade civil. Outra coisa, eu quero saber se o FUNGESAN está nessa lista, dessa legislação que está por ser votada. E o outro fundo também muito importante, que é do CMPU, que me foge o nome agora, mas é um fundo muito importante também para a sociedade civil. A outra pergunta, eu vi que



na apresentação de contas, havia custos com urbanização paisagística para as favelas de interesse social. Eu queria saber quantas favelas foram urbanizadas ao longo desse período. A outra pergunta é qual o custo dessa ornamentação de Natal que se realiza por vários anos nessa cidade e se ele sai de algum fundo e se esse fundo também será atingido por essa legislação. Por último, eu quero dizer que a apresentação que é feita aqui nesse painel é péssima para a visualização de quem está aqui sentado. Praticamente não dá visualização de números e nem distinção de nada. Eu gostaria de sugerir, então, primeiro, para os próximos anos, que a Câmara invista em uma melhoria de qualidade desse painel e, segundo, que a Prefeitura apresente com antecipação esse PPT que foi apresentado no site da Câmara quando convocar. Assim a gente pode estudar melhor o conteúdo do que será tratado. E uma terceira proposta é que a audiência pública de orçamento não aconteça apenas em um período diurno, porque muitas das pessoas que estão aqui me parecem servidores públicos da cidade. Mas a sociedade civil, boa maioria está trabalhando. E eu gostaria de propor que a audiência pública também acontecesse em um período noturno. Marilena Nakano – Eu sou da rede Beija Flor, de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André, que encaminhou duas questões à Mesa. A primeira questão relativa ao percentual de despesas com o pessoal na Secretaria de Cultura não foi respondida. A gente percebe uma queda de quase 50% do que o próprio governo do Paulo Serra teve em termos de despesas em 2021 para 2025. Não se faz políticas públicas de cultura sem pessoal. No caso do sistema de bibliotecas, são 14, já foram 17, são 14 listadas no site da Prefeitura e para que elas funcionem é necessário pessoal e não só recursos de editais. Então gostaria que a mesa respondesse essa questão relativa a pessoal. A outra questão diz respeito, a gente vem aqui todos os anos, é preciso ter transparência no orçamento. Nós da sociedade civil que nos debruçamos sobre o orçamento não conseguimos fazer as contas porque faltam informações no orçamento. Então, não se trata de saber se é 1% da fonte 1. Nós queremos saber uma coisa muito específica relativa ao Fundo Municipal de Cultura que 5% do total do Departamento de Cultura e do gabinete da Secretaria,



exceto pessoal, deve ser depositado no Fundo Municipal de Cultura todos os anos. A questão é, onde é no orçamento que nós encontramos os elementos da fonte 1? Nós já tivemos oportunidade de conversar com a Secretaria no Conselho Municipal de Políticas Culturais, foi prometido a nós ter acesso a esses dados detalhados, mas nós não tivemos, então, portanto, a gente mantém a nossa posição. O Executivo deve ao Fundo Municipal de Cultura no ano de 2025 cerca de 500 mil reais. Juvenildo – Sou popularmente chamado de Juvena, da sociedade civil e também componente da rede Beija-Flor de pequenas bibliotecas vivas de Santo André. Mas o meu questionamento e também a minha pergunta é primeiro que é vergonhoso uma casa de legislação e que tem a aprovação das leis que se passam nesta casa e talvez o momento mais importante para o próximo pleito estar aqui esta Casa lotada dos senhores vereadores. Lastimável a gente ver a Casa vazia, por que quem nos representa? Quem poderá passar a palavra adiante por nós se não os vereadores que aprovam ou não as leis desta casa? E cadê os vereadores? E lá no orçamento está passado acima de 105 bilhões com despesas desta casa. E os vereadores, até agradeço a presença dos que estão aqui porque falta representante do município para colocar em ordem, dizer nós somos pelo povo e não somos do povo. A pergunta é com relação a este orçamento concordo com a nobre colega aqui que é muito difícil ver a qualidade deste telão. Então se é bastante notável o investimento em comunicação, em outdoor, porque não um painel aqui de qualidade para que a gente possa familiarizar do que está acontecendo? A Casa existe, a Casa tem lei e a Casa precisa melhorar. É uma sugestão. E deixo aqui ressaltado o meu ponto de vergonha de a Casa Legislativa estar aqui lotada de vereadores. Mas me parece que para eles não tem tanta importância porque não compareceram e não estiveram presentes. Fica aqui meu repúdio. Armando Rocha – Eu gostaria de questionar, Sr. Secretário, sei que não exatamente a sua pasta, porque é referente a uma aplicabilidade para a região do Parque Andreense. Durante estes oito anos foram investidos pouco mais de 12 mil reais para a nossa região em relação a equipamento novo que se refere a uma academia de ginástica ao ar livre. Dentre as



conversas que o senhor tem com o secretariado, os moradores perguntam qual é a sorte do Parque Andreense para o próximo mandato, já que nesses últimos oito anos realmente nós tivemos um atendimento precário. Pietro – Bom dia, senhor Secretário, bom dia população andreense. Secretário, eu tenho algumas perguntas para fazer o senhor. Primeiro da perspectiva arrecadatória, você disse que a gente vai ter uma estimativa de queda de transferências correntes, que se a gente colocar em valores deflacionados dariam em torno de 15%. Quais são esses valores em perspectivas brutas e qual é o componente dentro de transferências correntes que vocês estão estimando ter essa queda? É ICMS, qual mais especificamente que é? Outra questão que você apresenta é que a Prefeitura vai ter de bens alienados no próximo ano, vai arrecadar 100 milhões de reais. Se a Prefeitura já teria no radar, quais serão esses terrenos ou bens alienados? Outra pergunta é, por que essa redução tão brusca dentro de receita de capital as operações de crédito? Vai deixar de receber algum empréstimo? Se vai deixar de receber algum empréstimo, qual seria ele? E por qual motivo já vai terminar nos repasses? Nos últimos quatro anos, de 2020 a 2023, a Prefeitura, quando a gente vê o balanço orçamentário, fechou um index fiscal. Eu queria saber como ele está sendo financiado. E a Prefeitura possui um problema crônico com a sua poupança corrente. Ou seja, boa parte do que ela arrecada, do que ela gasta para manter o funcionamento mínimo do Estado, tem uma proporção muito próxima, muito próxima um valor do outro. Ou seja, da receita corrente e da despesa corrente. Até sendo reconhecido pelo Tesouro Nacional como problema nas finanças públicas da nossa cidade. Por que essa gestão não conseguiu melhorar a proporção na nossa poupança corrente? A outra e última pergunta, sobre os precatórios, gostaria de saber se você tem informação de quanto falta a ser pago dos precatórios da Prefeitura para com a SABESP, caso, por exemplo, ela venha a ser revertida à privatização ou coisa do tipo. Então, seria basicamente essas cinco perguntas ao senhor Secretário. Obrigado. Alan Duarte – Sou servidor público aqui do município e também faço parte do sindicato dos servidores públicos municipais. A minha pergunta é relacionada à



valorização dos servidores. Eu gostaria de saber da mesa qual que é o valor que temos previsto para a valorização dos servidores para o ano que vem, qual o acréscimo que teve deste ano para o próximo e se as reclassificações serão continuadas, visto que o mesmo partido continua no governo. Paula Munhoz – Eu vou ler, porque eu fiz, sou fundadora do Movimento Social Teativismo. Nosso movimento está no Conselho da Pessoa com Deficiência daqui de Santo André e nos últimos anos teve um aumento de alunos da rede pública com diagnóstico de autismo e foi observado que esse número praticamente dobrou e ficou claro que a Secretaria da Educação não acompanhou o investimento na inclusão desses alunos com deficiência. A pergunta, se houve um aumento de alunos de inclusão nesses últimos quatro anos e o investimento não acompanhou esse aumento, as famílias atípicas do município querem saber quanto será investido para a educação inclusiva, uma vez que recebemos reclamações diárias que faltam profissionais de apoio para alunos de inclusão. Será aberto concurso público? Teremos aumento de profissionais nas escolas? Nossa crítica à atual gestão é a falta de um olhar humano da pessoa com deficiência. Mais uma observação. A gente fica muito triste também de saber que em uma audiência pública para a gente falar sobre o investimento que vai ser feito para a sociedade ter tão poucos vereadores aqui dentro nessa casa que no final eles estão aqui para nos representar como sociedade. Clóvis Girardi – Sou vereador eleito aqui em Santo André e aproveito também para cumprimentar meus futuros colegas vereadores e vereadoras. Minha pergunta, Secretário, eu quando peguei o orçamento e vi que era quase 500 milhões menor, eu imaginei que a gente ia ter uma diminuição grande de operação de crédito, porque o governo ia naturalmente, passado a eleição, querer entregar menos óbito, querer pegar menos empréstimo para fechar as contas. Imaginei que ali estaria o grande gargalo na receita. Mas quando a gente olha o quadro exposto, a gente vê uma diminuição pequena de operação de crédito. Ou seja, a gente vai continuar pegando bastante dinheiro emprestado, pelo que eu entendi. Se não é isso, nós vamos continuar, ou melhor, se é isso, nós vamos ter ainda fundos desvinculados para



continuar pagando empréstimo, nós vamos continuar pagando e endividando a cidade, a gente já tem nível elevado de endividamento, nós vamos continuar com essa política. Se nós vamos continuar pegando empréstimo, ele vai ser para financiar o quê? Se a maioria das obras já estão em andamento, pelo que vocês mesmos expõem. Quais são as obras novas? Isso também não está previsto. Essa é a minha dúvida. Helena – Novamente vou falar, porque quero fazer uma complementação, Secretário. O senhor usou um argumento, se me lembro bem, que o motivo da retirada de recursos dos fundos municipais tinha a ver se eles estavam sendo gastos, se havia dinheiro, primeiro, nesses fundos, e se eles não tinham previsão constitucional. Algo assim. Eu gostaria de lembrar que, na lei orgânica do município de Santo André, existe um capítulo, uma seção, chamada gestão democrática. No artigo 73, fala lá da importância da gestão democrática, de todos os conselhos municipais, portanto, todos os fundos derivados de leis específicas dos conselhos municipais devem ter justamente a paridade de representação nos representantes da sociedade civil para debater e deliberar as políticas públicas municipais. Então, acho estranho que tenha um projeto de lei que vai mexer com fundos municipais se essa decisão não passou legitimamente pelos seus respectivos conselhos municipais e também conselhos específicos dos seus fundos. Eu quero lembrar também que, no caso específico do FUNGESAN, ele faz parte, COMUNGESAN, faz parte do Sistema Nacional de Saneamento Ambiental e também de Proteção Ambiental, que é o SNUC, é outra lei federal. Portanto, nós temos por lei federal, por toda digamos a constitucionalidade das políticas públicas de gestão e saneamento ambiental, atribuição legal sobre os nossos recursos. Então, eu quero, assim acho que também tem outras temáticas ambientais. Mas, acima de tudo, eu acho que uma em tempos de república, ou seja, gestão democrática, essas decisões que têm a ver com retirada de recursos na qual a sociedade civil não esteja debatendo esses temas, enviar um projeto de lei para a Câmara Municipal sem esse debate não é uma medida democrática. Sr. Pedro Henrique Ruiz Seno – Por ordem. Primeiro, Helena, servidor aposentado aqui da Prefeitura. O Conselho Municipal de Orçamento



não existe mais, não está formalizado. Então, isso hoje não acontece. Nenhum conselho que discute especificamente o orçamento. Sobre a lei de superávit dos fundos. O FUNGESAN não está na lei. A gente não incluiu na lei os fundos de administração indireta, só os fundos de administração direta. O FUNGESAN é um fundo ligado, hoje, ao SEMASA, não é um fundo ligado à Prefeitura, então, ele não está incluso na lei. Sobre o CMP, o que você perguntou, ele está na lei, mas o recurso de outorga onerosa não está. Então, só está na lei, a Marília pode falar até um pouco melhor, os recursos vinculados especialmente aos EIVs, certo? Quer falar alguma coisa, Marília? E são repassados aos outros fundos. Parte dele, a grande parte, para o próprio FUNGESAN, que também estaria fora da lei. Mas, então, a outorga onerosa do CPMU não está porque tem uma vedação específica do Estatuto da Cidade. Isso, a vedação de aplicação dos recursos está outorga em quesitos específicos trazidos no próprio Estatuto. Sobre a questão de favelas urbanizadas, a quantidade de favelas urbanizadas, eu não sei responder, Helena. Peço desculpas, mas eu vou acabar falando nisso em uma outra questão. Mas, quando a gente fala de políticas muito específicas das pastas, agências que têm finanças acabam não conseguindo acompanhar. Então, quantidade de favelas urbanizadas, não sei dizer, mas recebemos informações. Quantidade de favelas urbanizadas, Jardim Cristiane, Pedro Américo, Espírito Santo I, Jardim Irene 234, Maurício Medeiros, André Magini e Marginal Guarará. Receberam urbanização integral, mais de 3 mil famílias. Rosi, sobre o Natal, uma boa parte do Natal é composto por recurso de patrocínio. A gente tem um edital aberto, inclusive, a gente já teve um vencedor. Tem uma pequena parte de recurso de fonte 1 e uma boa parte, que é talvez o maior custo individual que é da Feira do Natal Solidário. Ele está sendo custeado através de uma emenda da Secretaria Estadual de Assistência Social. A gente até teve com o pessoal, com um técnico lá chamado Jonas, agora de manhã, pelo telefone. A Feira do Natal Solidário, que está sendo montada, inclusive, a partir de hoje, acontece agora neste final de semana. O pessoal da Secretaria de Inovação e Administração está aqui. Todo recurso, 100% do recurso da



Feira do Natal Solidário, que é o maior custo individual, está sendo custeado com uma emenda estadual da Secretaria Estadual de Assistência Social. Por quê? O valor, não sei dizer o valor. É para você perguntar para o pessoal da Secretaria de Assistência Social. Mas está sendo coberto 100% do recurso com esse recurso estadual, fonte 2. Acho que, não sei se já foi empenhado ou não, acho que foi empenhado. Com o recurso da Secretaria Estadual de Assistência Social, não tem nada de recurso Tesouro e não tem nada de recurso de fundos. Acho que era uma outra questão. Nenhum recurso de fundo está sendo utilizado para o evento do Natal Solidário, para nenhuma das atividades do Natal. E a questão do superávit dos fundos, que você falou por último, entendo a questão. Você falou de não ser um processo democrático. A gente está fazendo o que prevê a lei. Precisamos de autorização legislativa, que está sendo passada aqui na Câmara Municipal. E aí cada lei prevê uma formação específica de conselho. Não sei falar, porque eu não conheço a fundo todos os conselhos. São mais de 20 conselhos que a gente tem hoje na Prefeitura. E cada conselho tem uma formação específica. A senhora Marilena Nakano, da Sociedade Civil. Essa queda no gasto com o pessoal, eu vi a questão hoje de manhã, que o pessoal da Câmara nos enviou por e-mail. O grande problema de queda de gasto com o pessoal na Secretaria de Cultura, que é o mesmo que acontece nas outras, e, de novo, o pessoal da Secretaria de Inovação e Administração está aqui e trabalhou bastante início do ano passado para cá, é a falta de concurso público. A gente ia fazer um concurso de 2019 para 2020. A gente acabou suspendendo o concurso por questão da pandemia. Esse recurso foi retomado em 2022. Tivemos uma série de questões jurídicas de Ministério Público, Tribunal de Contas, ações judiciais, etc., que ainda estamos enfrentando isso. Mas o concurso hoje está vigente. O concurso geral está vigente já? Já. Então, a gente hoje tem concurso para praticamente 100% dos cargos que ainda estão em uso na Prefeitura, porque a gente tem uma série de cargos que foram extintos na vacância, cargos muito antigos, que não usam mais, por exemplo, nada contra a categoria, mas a ascensorista, por exemplo. A gente entendeu que não faz mais sentido gastar recurso



público com o cargo da ascensorista, quando a pessoa pode entrar no elevador e apertar o botão. Mas todos os cargos que não foram extintos na vacância, hoje a gente tem concurso público vigente. Então, na verdade, essa queda de gasto com o pessoal da Cultura, que é o mesmo problema que a gente tem em todas as outras pastas. Falta de concurso público, que felizmente a gente conseguiu resolver agora após a pandemia. Todos os cargos da Prefeitura estão com concurso em aberto, inclusive a Secretaria de Cultura, tem vários cargos lá, que só não foram chamados esse ano, porque a gente tem uma vedação legal por se tratar de ano eleitoral. Dos 180 dias sinais do mandato até a aposta dos eleitos, tem uma lei específica que trata disso e a gente não pode aumentar a despesa com o pessoal. Mas, a partir de janeiro, vamos poder voltar a gastar e a gente tem uma necessidade latente de contratação de servidor público na Prefeitura, sem sombra de dúvida. E aí, falando especificamente dessas questões de cultura, Dona Marilena, eu já falei isso em outras ocasiões e volto a reforçar. Esses temas são muito específicos das áreas. A Secretaria de Finanças se dispõe a participar das reuniões dos conselhos próprios das áreas. Então, na próxima reunião do Fundo Municipal de Cultura, do Conselho Municipal de Cultura, eu me disponho a ir pessoalmente participar da reunião do Conselho Municipal de Cultura. Não tem nada que eu não possa discutir lá. Não necessariamente a minha opinião vai ser de acordo com a opinião de vocês, mas o debate é super válido. Mas é isso. Então, eu me disponho pessoalmente, como Secretário, fiz isso, não sei se tem alguém aqui do Instituto de Previdência, mas a gente teve uma reunião, acho que o próprio pessoal do sindicato que estava presente aqui, fazem parte dos quatro conselhos, aliás, que o Instituto de Previdência tem, Conselho Fiscal e Administrativo da Assistência Médica da Previdência. Eu participo, até porque eu já fui superintendente do Instituto de Previdência, eu participo bem ativamente das reuniões dos quatro conselhos do Instituto de Previdência, inclusive fazendo apresentação, assinando ato etc. Então, quando acharem conveniente, eu me disponho novamente aí pessoalmente. Que horas? Amanhã às 19? Tudo bem. Posso participar amanhã às 19 horas, pelo menos



uma parte da reunião do Fundo Municipal de Cultura. E, de novo, em todas as áreas, eu me predisponho, eu nunca fujo do debate, da discussão aqui, estou sempre à disposição para participar das reuniões dos conselhos. Amanhã às 19 horas, onde vai ser a reunião? Estarei lá, amanhã às 19 horas. Se alguém puder me lembrar depois para colocar na agenda, mas estarei lá. O pessoal da cultura está aqui, é só me mandar o convite aqui, estarei lá amanhã às 19 horas. O Juvena fez uma manifestação particular, tudo bem? Então, nada a comentar, mas posso estar amanhã participando, como eu falei, da reunião do Fundo Municipal de Cultura. A questão do Armando Rocha sobre o investimento no Parque Andreense. De novo, também, política muito específica de uma pasta. Hoje é gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente. Mas, dando um spoiler, porque isso está sendo um pouco tratado nas redes sociais, no discurso do nosso Prefeito eleito, Gilvan, ele tem o plano, que está sendo discutido isso no gabinete do Prefeito, de criar a Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, uma política que a gente acha super válida, até pela questão do deslocamento, da distância. E a gente acha, realmente, que o Parque Andreense e o Paranapiacaba têm um olhar diferenciado. Talvez, nesse governo, a gente tenha olhado mais para o Paranapiacaba do que o Parque Andreense, talvez seja uma mea-culpa para a gente fazer, mas isso é uma das prioridades do Gilvan nesse novo mandato dele. E no plano dele está, em um projeto de reforma que está sendo discutido, que eu não sei se vai vir esse ano para a Câmara, se vai ser ano que vem ainda, ou quando ele vai acontecer, mas ele tem um plano de recriar a Subprefeitura. Antes não era uma Subprefeitura, era uma secretaria, não é? Acho que é gosto de dizer Subprefeitura. Eu lembro que, quando a gente assumiu o governo, tinha uma secretaria de gestão de Paranapiacaba e Parque Andreense, mas um dos planos dele que vai acontecer é criar uma Subprefeitura para cuidar especificamente dessa pauta. As questões do Pietro são várias. Eu vou tentar responder todas as que anotei. Eu só não tive tempo de abrir. Sobre relação de bens alienáveis. A gente tem algumas áreas que já estão em processo de licitação, com editais publicados. O próximo, inclusive, é de um terreno na Rua Carapé, ali na Vila



Humaitá, do lado da Polícia, no dia 2 do 12. A área está avaliada hoje em torno de 5, é um leilão. Todos os leilões que a gente está fazendo agora são leilões eletrônicos, inclusive para a gente aumentar a quantidade de participação. A próxima é da Rua Carapé. A gente sempre trabalha áreas que não têm uso específico no momento. A única que a gente tratou que tinha uso era a área do Bombeiro, que a gente vendeu por R\$ 14 milhões lá na Martim Francisco, mas porque tinha o desejo do Bombeiro de sair da área. Porque é uma área muito grande, que todo mundo conhece, já ouviu falar dessa área, é uma área muito grande, para um uso muito pequeno do Corpo de Bombeiros, eles tinham um problema de invasão, de furto etc., e a gente fez um processo com eles, está migrando eles para uma área menor da própria Prefeitura, porque o Bombeiro é custeado, apesar de não ser um serviço público municipal, ele é custeado com recurso do Tesouro Municipal. Foi a única área que a gente alienou que tem algum tipo de uso. E o próximo edital é o edital da Rua Carapé, do lado da Polícia. Com valor avaliado hoje em R\$ 5 milhões. E a próxima área que a gente pretende alienar é uma área na Antônio Álvaro, que já teve o projeto de lei aprovado pela Câmara, em torno de R\$ 7 milhões, se não me engano, que a gente ainda está fazendo edital, e é uma área hoje que não tem uso. A relação diária, a gente tem uma relação pequena de áreas que a gente tem discutido, trabalhado, a gente ainda está em processo de discussão, por isso que a previsão orçamentária é uma previsão, não é uma realização. Mas a gente tem algumas áreas que já foram aprovadas à desafetação, mas ainda não tiveram sequência. Mais especificamente, uma na Travessa Patriarca, na Vila Assunção, uma na Travessa Clemente Ferreira, na Vila Gilda e uma no Caminho do Pilar, também na Vila Gilda. Sobre a previsão orçamentária, parte dessas alienações são feitas em pagamento parcelado, então, tem pagamento ainda a vir. Então, tem previsão de entrada. Exato. Sobre operações de crédito, eu não lembro a pergunta exatamente, eu só escrevi operações de crédito. Acho que é a mesma pergunta do vereador Clóvis, depois eu vou chegar nela, mas operações de crédito, a gente faz operações e não necessariamente executa elas no



ano vigente. Por exemplo, a gente fez duas operações de crédito com o Banco do Brasil, uma de R\$ 67 milhões e outra de R\$ 25 milhões. Essa de R\$ 25 milhões, por exemplo, que inclusive a lei trata especificamente para que vai ser usado, para reforma do nosso COE, do nosso Centro de Operações Integradas, para a construção de uma central de beneficiamento de resíduos da construção civil e para a construção e reforma da nossa praça de atendimento ao servidor e dos andares térreos da Prefeitura. Essas três obras que estão avaliadas, operação de crédito em R\$ 25 milhões, o recurso já entrou, está em caixa, mas a gente ainda não executou nada desse recurso. Então, apesar do recurso estar em caixa, os R\$ 25 milhões da execução orçamentária só vão aparecer no orçamento de 2025. Aliás, eles apareceram no orçamento desse ano, a gente não executou, o recurso ficou contingenciado, como a gente já comentou isso outras vezes, e ele está de novo aparecendo no orçamento de 2025. Sobre o déficit fiscal, muito do nosso déficit fiscal, Pietra, é uma questão um pouco técnica, ele acontece por quê? Porque toda vez que a gente vira o exercício, a gente tem uma série de recursos empenhados sem liquidação. Por exemplo, digamos que a gente vai pagar 5% de precatório, mas temos 8% de recurso empenhado. Ou o contrário, a gente tem 5% de precatório previsto no orçamento com recurso empenhado, vem uma decisão judicial que diz que a gente precisa pagar 3%. O que acontece durante a virada do ano? Tudo que entra na virada do ano como recurso empenhado, não liquidado, ele entra como despesa de restos a pagar referente ao ano vigente. Então, isso acontece todo ano, a gente vira às vezes com R\$ 50, R\$ 100, R\$ 150 milhões e só do Tesouro de despesa liquidada ou empenhada e não paga. Não necessariamente esse recurso vai se realizar. E aí, o que acontece durante o início do ano? A gente analisa todas as despesas com as áreas, tem gestores aqui de várias áreas, o que efetivamente acaba não se efetivando, a gente cancela e resolve o resultado do déficit fiscal, que a gente tem feito todo ano e toda a Prefeitura trabalha dessa forma. Então, basicamente, o nosso déficit fiscal acontece por causa disso. A gente empenha as despesas durante o ano, vira elas como restos a pagar, essa questão de déficit fiscal, ela pega sempre a



virada do exercício e a gente resolve isso estornando despesas que não têm laço financeiro ou que não vão ser executadas no ano seguinte. E a mesma coisa para a poupança corrente. Quando eu assumi a Secretaria de Gestão Financeira pela segunda vez em outubro do ano passado, a gente estava realmente com problema no cálculo da poupança corrente, que faz parte da CAPAG e do artigo 67A. Foi uma discussão, inclusive, que o professor Ricardo trouxe com razão na audiência pública do ano passado. A gente virou o ano com 97% de relação entre receita corrente e despesa corrente, quando o limite permitido por lei é 95%. A gente deixou, no final da virada do ano, de cumprir o artigo 67A da Constituição, que não existia antes, ele foi criado em 2020, em 2021, no ano da pandemia. Hoje, o nosso resultado da poupança corrente do artigo 67A está em 88%. Se os vereadores ou alguém quiser fazer um questionamento, também enviando ele essa informação para a gente passar os números. É uma questão que a gente resolveu. Eu me orgulho de ter participado desse processo de redução. A gente reduziu bastante a relação de gasto e receita corrente. Hoje, a relação gasto e receita corrente está em 88%. Se vocês contarem até 5, eu trago o número exato. Hoje, o fechamento de setembro, a relação entre receita e despesa corrente é 88,55%, dentro do limite que é de 95%. E, por último, quanto falta de precatórios, o valor total de precatórios que a gente tem hoje, que é o valor líquido, que é o que o DEP utiliza no cálculo dele, está em R\$ 1,471 bilhão, R\$ 132.543,39. Nossa dívida líquida com precatórios. Dando sequência, o questionamento do Alan, do SINDSERVE, quanto a gente tem de previsão orçamentária para gasto com o pessoal. A gente tem um percentual simples deixado em torno da inflação. Deixamos uma gordura também para retomada, eventualmente, se for acontecer discussão de reclassificação, e para contratação de concurso. O percentual vai ser discutido no primeiro quadrimestre, como já falei para o professor Ricardo, nas mesas de acordo coletivo. O percentual, o Alan perguntou, mas ele mesmo participou da reunião de sindicato e deveria saber. O valor que a gente deu de reajuste foi 4,5%. A lei concede 4,5% de reajuste ao funcionalismo a partir de maio de 2024, aplicado nos demais



benefícios sociais, além do salário, como auxílios creche, babá, funeral e cesta básica, sem parcelamento. Pago 4,5% em uma única parcela, aplicado de uma única vez, a partir de 1º de maio de 2024. 4,5% mais R\$ 244,86 de abono. Teve um questionamento que não tem o nome da pessoa. Sobre autismo que a Paula Munhoz perguntou. Mais uma vez, uma política pública muito específica da área. Eu não sei dizer exatamente quais são as políticas públicas específicas da educação e da Secretaria da Pessoa com Deficiência nessa pasta. De novo, se for alguma coisa que a Secretaria de Finanças pode colaborar, a gente pode participar de reuniões, de conselhos, alguma solicitação que venha da sociedade civil, mas, por ser uma pauta muito específica das áreas, a gente acaba não tendo conhecimento profundo. Prefiro me abster de falar. Por último, questionamento do Clóvis Gerardi. Aproveito, Clóvis, para te parabenizar pela eleição, pela primeira eleição, e desejar um bom mandato nos próximos quatro anos. A gente não vai continuar pegando dinheiro emprestado. Hoje não tem nenhuma operação de crédito nova sendo discutida. Só que, como eu cheguei a comentar, acontece muito da gente receber o recurso e o recurso não ser executado no ano corrente. Essa operação de crédito dos 25 milhões do Banco do Brasil para essas três obras que eu falei específicas, elas são talvez o melhor exemplo. O recurso já entrou, já está em conta, separado, rendendo recurso, inclusive, o que é útil para a gente. Mas ele vai ser executado, basicamente, acho que provavelmente em dezembro a gente deve iniciar o projeto de reforma aqui da Praia de Atendimento. De novo, a Fernanda e o Júnior, que são Secretários, Secretários de juntos aqui na Secretaria de Inovação e Administração, são os gestores do projeto, mas a gente deve começar a executar o projeto em dezembro. Então, é um recurso que entrou, mas a gente só tem a previsão orçamentária de gastar ele no próximo ano. As obras do BID, da Maurício de Medeiros, é a mesma coisa. Muito recurso já entrou, só que a previsão orçamentária, elas podem ser gastas no ano que vem, em 2026, 2027, 2028, e por aí vai. Acho que é isso. Peço desculpas se eu deixei de responder a alguma questão, mas, de novo, mesmo após a audiência aqui, a gente segue a disposição para conversar, dialogar, tirar algum



questionamento adicional, e amanhã, confirmado, estarei participando da reunião do Conselho Municipal de Cultura. Finalizando a Audiência, o Presidente Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria), não havendo mais perguntas, faz os agradecimentos finais e declara encerrada a audiência pública às **onze horas e quarente e oito minutos**, da qual eu, Adriana Montealto Carneiro, Técnica Legislativa em Taquigrafia, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, segue assinada: Presidente desta Audiência, Vereadores e integrantes presentes do Executivo Municipal.

**VALTER LUIZ DA SILVA (VAVÁ DA CHURRASCARIA)**

Presidente desta Audiência

**PEDRO HENRIQUE DE RUIZ SENO**

Secretário de Gestão Financeira da PMSA

**ROSIMARY DE MORAES SILVEIRA**

Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da PMSA

